

A CIDADE DE SÃO PAULO DE MUITAS GENTES E POUCAS ESCOLAS PARA MUITA GENTE: UM ESTUDO SOBRE AS ESCOLAS ITALIANAS ENTRE FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

CLAUDIA PANIZZOLO

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

RESUMO: Este artigo tem por objetivo empreender um estudo sobre a localização das escolas italianas nos bairros da cidade de São Paulo, bem como sobre a organização de seus espaços e tempos, entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX, período de expressiva emigração da Península Itálica e chegada de imigrantes em São Paulo. O presente estudo está ancorado nos referenciais da História Cultural, História da Imigração e História da Educação. O *corpus* documental é composto pela obra *Il Brasile e gli italiani*, publicação da equipe editorial do jornal *Fanfulla*, fotografias, relatórios consulares, relatórios de professores, Anuários da Instrução Pública, livros, imprensa dentre outros. As escolas italianas geralmente eram a expressão fidedigna dos bairros onde se localizavam, e pouco ou nada se distanciavam da estrutura física e pedagógica de grande parte das escolas públicas paulistas.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Italianas. Imigrantes Italianos. Escola Elementar. São Paulo.

INTRODUÇÃO

A intenção neste artigo é empreender um estudo sobre a localização das escolas italianas nos bairros da cidade de São Paulo, bem como sobre a organização de seus espaços e tempos, entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX, período de expressiva emigração da Península Itálica e chegada de imigrantes em São Paulo.

O presente estudo está ancorado nos referenciais da História Cultural, História da Imigração e História da Educação. O *corpus* documental é composto pela obra *Il Brasile e gli italiani*, publicação da equipe editorial do jornal *Fanfulla*, fotografias, relatórios consulares, relatórios de professores, Anuários da Instrução Pública, livros, imprensa dentre outros.

Os relatórios consulares, relatórios de professores e Anuários da Instrução Pública do Brasil e da Itália são compreendidos como fontes documentais de escrita pública com marcas pessoais relevantes à medida que trazem um conjunto de pedidos, reivindicações, desejos e aspirações dos professores e os relatos das relações estabelecidas pelos inspetores e cônsules com os lugares e com os protagonistas do mundo escolar que relatam. Segundo D'Alessio (2017), essas fontes localizam-se na fronteira entre testemunho e narrativa, e permitem um aprofundamento nos modos de fazer escola, sendo uma maneira de adentrar no “[...] interior da investigação detalhada

dos fatores, dos mecanismos, dos desvios e das diferentes dinâmicas por meio dos quais as disposições ministeriais e projetos pedagógicos puderam transmitir em uma rede feita de tramas mais largas [...]” para se chegar “[...] às realidades individuais” (p. 204).

As fotografias não são apresentadas como um anexo, um acessório à pesquisa, mas como integrante da própria formulação do texto, a partir das pistas e indícios que fornecem. Para Burke (2017), o uso de imagens permite testemunhar diferentes formas de representação da vida e das culturas passadas. Nesse sentido aponta que: “[...] as imagens, assim como os textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica” (p. 25). E para tal, se faz necessário considerar que a imagem representa o olhar do fotógrafo em um determinado tempo e sob um ponto de vista específico, portanto, o cenário da fotografia é composto por recortes e posições que compõem escolhas e que expressam preocupações de uma época.

Com relação à obra produzida pelo *Fanfulla* e a imprensa operária, buscou-se compreendê-la como “instrumento de manipulação de interesses e intervenção social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX) e, assim, nega-se ser a imprensa um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, um veículo de informação isolado da realidade política.

A análise da presença dos italianos nos vários distritos da cidade, onde moravam e trabalhavam, bem como a criação das escolas nesses lugares, buscou ancoragem em duas categorias analíticas que se complementam. A primeira é a de classe, compreendida não como estrutura, mas como o que de fato ocorre nas relações humanas (THOMPSON, 1987) e a segunda é a categoria de etnia, tomada de empréstimo de Kreutz (2014), para quem:

A opção por etnia, como uma categoria de análise em educação, não se opõe às e nem substitui as categorias de classe, de gênero e outras. Ajuda, sim, a ampliar a ótica de análise, com potencialidade para detectar aspectos da trama das ações e das relações humanas a partir de vivências e simbologias. Significa um avanço no esforço metodológico que ajuda a compreender de que forma os processos educacional e escolar têm se desenvolvido em relação à diferenciação cultural (p. 36).

No que se refere à organização das escolas, adota-se como referencial teórico o pressuposto de que “o espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além da sua materialidade, determinados discursos [...]”, que apresenta uma intencionalidade voltada a um grupo singular de sujeitos, e também se constitui em um programa com “[...] um sistema de valores como os de ordem, disciplina, e vigilância, para a aprendizagem sensorial e motora”, além de uma semiologia que contempla “[...] diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos [...]” (VINÃO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 26).

As escolas italianas podem ser pensadas a partir de sua localização pelos bairros da cidade, pela construção do prédio que abriga a escola, pela adaptação da casa que se converte em sala de aula, pela dimensão da sala de aula, pela organização das turmas de alunos pelas classes, pelos programas a serem seguidos, mobiliários e materiais

PANIZZOLO, C.

didáticos etc. Enfim, elementos que compõem a cultura material escolar. A este respeito, Souza (2007) afirma:

Ao recortar o universo da cultura material especificando um domínio próprio, isto é, o dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos áudio visuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social (p. 170).

Dessa forma, pergunta-se: — Quantas e quais eram as escolas italianas em São Paulo? Em quais distritos de São Paulo estavam localizadas? Como eram impactadas por estarem localizadas nessas regiões? A localização fornece pistas sobre quais famílias teriam condições de arcar com os custos das mensalidades? Como estavam organizadas as escolas no que diz respeito aos espaços físicos e aos tempos escolares? O que os prédios por elas ocupados nos contam sobre a história da escolarização de italianos e descendentes?

O texto está organizado em duas seções, na primeira são apresentados os bairros da cidade de São Paulo em que os italianos e os nacionais pobres moravam e trabalhavam, e a localidade das escolas italianas; na segunda seção são descritas as condições de organização das escolas, os prédios e/ou casas em que funcionavam, e a organização das salas e dos tempos de aprendizagem, seguidas das conclusões. E por fim, o esclarecimento de que as traduções do italiano foram realizadas por mim.

A CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE FINS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DUAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Entre as décadas de 1870 e 1920, em razão do processo de acumulação de capitais oriundos do café, a cidade de São Paulo viveu um significativo crescimento, transformou-se, segundo Morse (1970), de um “burgo de estudantes” em uma “metrópole do café”, convertendo-se a partir da década de 1920 em centro econômico e político do Estado de São Paulo (PANIZZOLO, 2006).

Com a chegada dos imigrantes, em especial dos italianos, a população da cidade de São Paulo aumentou significativamente. Sendo em 1872, 26.020 habitantes; em 1886, 44.033; passando em 1890 para 64.934; em 1894 para 130.755; em 1900 para 239.820; em 1910 para 409.420 e em 1920 para 581.435 habitantes (SANT’ANNA, 1936; SÃO PAULO, 1983).

Embora os dados sejam expressivos acerca do crescimento populacional da cidade com a chegada dos imigrantes italianos, é necessário considerar o alerta de Santos (2017) de que existia uma população não imigrante composta por “negros, índios, mestiços, pretos, pardos, caboclos, caipiras, mulatos, nativos, brasileiros, os da terra” (p. 15), bem como imigrantes de outras nacionalidades, como os portugueses, espanhóis, sírios, alemães, japoneses, suíços, ingleses, franceses, austríacos e argentinos, todos numericamente muito inferiores aos italianos.

Na cidade de São Paulo, muitos imigrantes italianos se dedicaram ao comércio ambulante. Assim, lado a lado com as velhas quitandeiras com tabuleiros em mãos, que segundo Bruno (1991) eram deslocadas de um canto para outro pelo poder municipal, estavam os adultos italianos andando pelas ruas “negociando com flores, com frutas, com hortaliças, com peixe e camarão trazidos do litoral” (p. 1131-1132). A parcela das camadas populares nacionais trabalhava também com carroças, como bem destacou Cruz (1990):

O estabelecimento dos carroceiros, ajudantes de carroceiros e carregadores como profissionais independentes no mercado tornava-se possível devido aos baixos custos que representava a construção de uma carroça. Conseguir madeira para construção de uma carroça de mão ou de uma parrelha de bois para equipá-la era condição necessária e suficiente para que um trabalhador se estabelecesse no mercado como carroceiro (p. 30).

Ao lado dos ambulantes italianos e brasileiros, e dos carroceiros, andavam as crianças italianas vendendo jornais. A venda avulsa de jornais pela rua foi uma prática criada em 1876, tendo o predomínio de crianças entre dez e catorze anos de idade, que apanhavam os jornais nas muitas tipografias espalhadas pela cidade e os distribuíam pelos distritos de São Paulo (BRUNO, 1991). Havia ainda muitos italianos que se dedicaram à abertura de suas próprias oficinas, de “sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, de graxa, de óleo, de tintas de escrever, fundições, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus” (BRUNO, 1991, p. 1182), que funcionavam na maioria das vezes quase exclusivamente com mão de obra familiar, inclusive de crianças pequenas.

Localizados nas ruas e praças de São Paulo, em feiras no Largo do Arouche, o comércio de folhas secas, raízes, cascas de pau, de pelos, de unhas, de chifres, de couros e dentes de diversos animais era realizado pelos denominados ervanários, curandeiros, benzeduras, benzedeiros, pretos veios – expressão de uso popular (BRUNO, 1991; AMERICANO, 1957).

Cabe ainda destacar que parte da população nacional trabalhava nos chamados serviços domésticos, muitas vezes morando nas residências de seus patrões, como “amas-de-leite, criadeiras, empregadas domésticas, criadas(os)” (SANTOS, 2017, p. 150). A respeito desses serviços, Dias (1984) esclarece que havia uma variada gama de ocupações, voltadas aos serviços sem, no entanto, necessariamente a moradia estar atrelada aos patrões, tais como os trabalhos realizados pelas lavadeiras, passadeiras, faxineiras, cozinheiras, copeiras, costureiras, dentre outros.

O Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de 1911 indica que cerca de 7.499 pessoas (73,49%) do total de trabalhadores em 23 fábricas têxteis eram estrangeiras e dessas, 6.044 (59,23%) italianas. Ainda que numericamente inferior, os nacionais também estavam presentes, em um total de 1.843 (18,06%), e os ignorados, de 862 (8,45%). A respeito das causas para a menor presença dos nacionais, Santos (2017) apresenta uma explicação bastante plausível:

PANIZZOLO, C.

[...] vigorava a tentativa de construir, com os trabalhadores estrangeiros, um mercado de trabalho e uma sociedade pautados na cultura branca, com base europeia e no domínio patronal, como estratégia de poder. Ao que tudo indica, os imigrantes, as mulheres e as crianças, especialmente de origem europeia, eram os alvos preferenciais, que poderiam assumir esses valores, acima de tudo socioculturais, baseados no trabalho intenso (p. 56).

Quando se trata do trabalho na cidade de São Paulo, autores como Alvim (2000), Hall (1979), Petrone (2006) e Holloway (1984) aprofundam a análise da imigração italiana no Brasil sob a perspectiva da História social, com destaque para a presença do trabalhador italiano na indústria, seu papel organizativo e as condições de trabalho em São Paulo. É importante destacar, ainda, as pesquisas de Cruz (1990), Rago (1984) e Santos (2017) que apontam para a presença nas fábricas de imigrantes e nacionais, que juntos enfrentaram cotidianamente as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, os desafios impostos pelas exigências da “disciplina do trabalho”, ou seja, hábitos, atitudes e comportamentos regrados, moralizados, “civilizados” requeridos em nome de uma maior e melhor produção, e certamente para a manutenção das diferenças sociais e a criação de uma cidade, ou melhor, de uma metrópole cuja população seria cada vez mais branca, tendo por padrão o europeu.

Alguns dos emigrados da Península Itálica dedicaram-se, também, a um outro ramo profissional, o da educação, como proprietários e professores de escolas, que hoje denominamos como étnicas, mas que à época eram adjetivadas como “italianas”. A primeira escola fundada na cidade de São Paulo de que se tem notícia é a *Sempre Avanti Savoia*, no ano de 1887; depois, em 1889, as escolas *Italiana*, *Regina Margherita* e *Giuseppe Garibaldi*; até 1898 já estavam em funcionamento vinte e nove escolas privadas na cidade. Esse número dobrou até 1906, alcançando 157 até 1910 (MINISTERO..., 1889; FANFULLA, 1906). No entanto, as fontes não permitem afirmar que as 157 escolas estavam todas funcionando até 1910 ou se algumas, àquela altura, já haviam encerrado os serviços.

Onde estavam localizadas essas escolas? De modo genérico pode-se afirmar que nas localidades cuja presença do imigrante se fazia notar, quer por ser uma região de trabalho dos pais dos alunos, e muitas vezes das próprias crianças, quer por ser a região de moradia ou, ainda, por ser a mesma região da cidade em que moravam, trabalhavam e estudavam.

Para identificar onde estavam localizadas as escolas italianas na cidade de São Paulo recorre-se a Bertolli Filho (2003), que afirma que entre fins do século XIX e primeiras duas décadas do século XX a cidade de São Paulo pode ser melhor compreendida se organizada em quatro grupos distritais, identificados como central, intermediário, periférico e suburbano.

O distrito central, o menos populoso, reunia 9,9% da população em 1920 e era composto pela Sé, Consolação e Campos Elíseos. Nos terrenos altos e em seus patamares foram construídas as mansões, os sobrados e os edifícios administrativos. Essas áreas escolhidas pela burguesia e as camadas médias enriquecidas eram privilegiadas pela administração pública, recebendo, antes das demais, ruas pavimentadas e arborizadas, telefone, “linhas de bonde, iluminação elétrica dos domicílios e das vias públicas [...] redes de água e esgoto foram lá estabelecidas antes

que o mesmo ocorresse em áreas residenciais mais populosas” (BERTOLLI FILHO, 2003, p. 41).

Ao longo do distrito central da Sé, Consolação e Campos Elíseos havia o expressivo número de 23 escolas italianas. É possível firmar a hipótese de que essas escolas recebessem crianças, filhas de imigrantes nascidas no Brasil e mesmo nascidas na Península Itálica, que compusessem as camadas médias e burguesas moradoras da região; mas também, e muito provavelmente, recebessem os filhos dos operários, dos ambulantes, dos proprietários e trabalhadores das pequenas oficinas, e ainda os filhos das famílias que habitavam os distritos fronteiriços, como Santa Ifigênia, e que por algum motivo, desde a predileção por determinada escola, os custos, a comodidade, o acesso, dentre outros, as teriam levado a tal escolha (SÃO PAULO, 1907, 1910, 1913).

Os distritos intermediários eram compostos pela Liberdade, Bela Vista, Santa Ifigênia e Santa Cecília, com a segunda maior taxa de ocupação populacional reuniam 33,1% da população da cidade. De acordo com Bertolli Filho (2003), essas regiões eram habitadas predominantemente pelo proletariado, enquanto nas áreas fronteiriças com a Sé e Consolação residiam parcelas das camadas médias. Com relação aos serviços, “apenas os prédios localizados nas principais ruas do distrito contavam com serviços de água, esgoto e iluminação, assim como eram raras as vias públicas que dispunham de pavimentação, iluminação, transporte coletivo e coleta de lixo” (p. 43). A opção de moradia possível para essa população pobre era o cortiço, majoritariamente “composto por cômodos alinhados e com portas e janelas voltadas para uma reduzida área comum” (p. 43) ou até mais improvisado, com “barracões feitos de tábuas e cobertos por folhas de zinco, localizados no fundo de estábulos ou de depósitos de materiais de construção” (p. 43). Por situarem-se em regiões alagáveis era costumeiro o acúmulo de lixo e a constante presença de doenças contagiosas.

A descrição de Torres (1969) oferece algumas pistas para se apreender as dimensões da vida urbana das pessoas que ali residiam, uma parcela nacional pobre, muitas vezes apresentada como lavadeiras da Várzea, lavadeiras do Carmo ou como tratadores de cavalos, condutores de carroças, carregadores de mercadorias, ao lado dos imigrantes, igualmente pauperizados, trabalhadores ambulantes e operários:

Nesta vasta superfície acidentada, de mais de 25 alqueires de terra, após a época das chuvas, ficam estagnadas águas em decomposição que alimentam viveiros assombrosos de mosquitos, que levam o incômodo e a moléstia aos moradores confinantes; no tempo das secas forma-se as trombas de poeira que sujam e envenenam a cidade; a espaços, o mato cresce a esconder imundícies que o sustentam, não obstante o zelo da Limpeza Pública, tudo isso com grave dano para a saúde dos munícipes (p. 182-183).

Nos bairros da Liberdade, Bela Vista, Santa Ifigênia e Santa Cecília estavam concentrados o segundo maior número de escolas. Das 36 escolas aqui existentes, metade estava localizada na Bela Vista, conhecida também como Bexiga, e as demais pelos outros bairros (SÃO PAULO, 1907, 1910, 1913).

PANIZZOLO, C.

Nos distritos periféricos do Bom Retiro, Brás, Mooca e Belenzinho viviam à época 36,6% da população. Os cortiços eram, segundo Bertolli Filho (2003), a única alternativa possível. Localizados nas proximidades das fábricas e dos trilhos das estações de ferro, geralmente em terrenos sujeitos às inundações periódicas, apresentavam preços mais baixos de aluguéis. Essas eram as condições de vida de grande parte da população nacional e imigrante, vivendo em circunstâncias precárias e sujeita a muitas enfermidades. Em estudo sobre o Brás, afirma Torres (1969, p. 150):

Não obstante o progresso do bairro, o aspecto das ruas é modesto, com a maioria das casas no alinhamento, sem jardins, pobres e humildes. Inúmeros cortiços, com sua entrada única, serão um aspecto peculiar da rua do Gasômetro, na década dos oitenta. A ponto de, em 1886, a Câmara conceder à Companhia de Gás de São Paulo Lt. autorização para construção de dois mictórios, sendo um na rua do Gasômetro, e outro na travessa do mesmo nome, junto às paredes de sua propriedade.

Segundo Bruno (1991), os bairros do Brás, Bom Retiro, Mooca e Belenzinho, ainda que usufríssem de alguns equipamentos urbanos, eram poucos e geralmente de má qualidade. A iluminação atendia apenas às principais vias públicas e da mesma forma a pavimentação não se estendia para todo o distrito. Com relação aos serviços de água e esgoto a precariedade também era evidente. A este respeito relata Bertolli Filho (2003):

A água fornecida à população desses distritos era captada do Rio Tietê. De 30 análises efetuadas entre 1906 e 1908, 16 delas concluíram ser "não potável" o líquido distribuído nessas áreas. Isto se devia não só ao fato de ser a água inconvenientemente tratada, mas também porque eram frequentes as constatações de mal funcionamento da distribuição de água e da coleta de esgoto, permitindo o contato direto entre os dois sistemas (p. 44-5).

Nos distritos periféricos encontrava-se a maior concentração de escolas italianas. Das 65 escolas presentes, 89,23%, ou seja, 58 estavam localizadas no Brás e no Bom Retiro (SÃO PAULO, 1907, 1910, 1913). Uma hipótese para a maior afluência de escolas nos bairros de maior concentração de fábricas é a de que as famílias que conseguiam manter seus filhos nas escolas italianas provavelmente eram as de trabalhadores das indústrias, os ligados às casas comerciais mais consagradas e com melhor remuneração, além dos bancários. Considerando que as escolas eram privadas e que dependiam em grande medida das mensalidades pagas pelas famílias, como veremos em seguida, dificilmente um trabalhador ambulante ou de pequenas oficinas conseguiria arcar com mais esse tipo de despesa. No entanto, cabe destacar que embora as condições financeiras do trabalhador da indústria fossem provavelmente melhores do que a de outras ocupações, como a de vendedor ambulante, ainda assim eram precárias e insalubres, como descreve o jornal *A Terra Livre*.

Operários há, que embora sintam sede de justiça, sofram misérias em fim e vexames a granel [...] veem que estão um dia, outro e toda

a vida trabalhando como bestas durante dez, onze, 12 e até 15 horas por dia, numa oficina sem ar, sem luz, sem espaço e sob o olhar inquisidor do patrão[...] que depois, quando chegam do trabalho tão penoso, nas pocilgas em que vegetam, em vez de achar um consolo perto de sua companheira e filhos, veem pelo contrário aquela definhada, suja, esfarrapada, descalça... e os filhos nas mesmas condições, brincando em volta da tuberculose e condenados - como os pais - à ignorância e a serem burros de carga da repulsiva e odiosa burguesia; que depois de engolirem um mexido qualquer, feito com gêneros deteriorados e quase sempre insuficiente, vão descansar o corpo num catre que bem se pode dizer que é outro suplicio, porque está como tudo, sujo, duro, e, cheio de parasitas bem conhecidos dos trabalhadores (A TERRA LIVRE, 1906, p. 1).

Nos distritos suburbanos do Cambuci, Santana, Lapa, Penha, São Miguel, Nossa Senhora do Ó, Butantã e Vila Mariana viviam 22,4% da população, praticamente sem acesso aos serviços da administração municipal. Segundo descreve Bertolli Filho (2003), esses distritos eram ligados à cidade apenas pelo telégrafo. Esse isolamento se dava pela ausência de caminhos transitáveis e pelo alto custo da passagem: “Uma viagem de bonde, de ida e volta, entre a Penha e o centro da cidade, custava 1\$200, o que representava 40% do salário diário de um operário especializado, enquanto de Santana ao centro da cidade, uma passagem de trem custava mil réis” (p. 46).

Em razão das muitas dificuldades de deslocamento, os moradores desses distritos trabalhavam nas poucas fábricas existentes na região, nas olarias, na produção de carvão vegetal e no ramo hortigranjeiro. Bruno (1991), ao se referir aos tipos de moradia, as descreve como “casinhas e cortiços” (p. 956, 1032).

Em terceiro lugar, quanto ao número de habitantes, os distritos suburbanos abrigaram 23 escolas italianas. Esse número parece elevado se considerarmos a dificuldade de acesso a essas localidades e, inclusive, o isolamento social de seus moradores. No entanto, é preciso atentar para a presença de imigrantes que moravam e trabalhavam nas olarias, na fabricação de carvão e no cultivo hortigranjeiro localizados nesses distritos, e que seus filhos muito provavelmente estudassem nas escolas ali instaladas (SÃO PAULO, 1907, 1910, 1913).

Tomando como referência os dados apresentados na Tabela 1, é possível uma aproximação do que teria sido o mapa de distribuição das escolas italianas pelos bairros de São Paulo. Panizzolo (2018, 2020) alerta sobre os cuidados a serem tomados no tratamento das fontes sobre as escolas italianas, considerando que as informações estão incompletas, esparsas e muitas vezes são contraditórias ao se comparar os elencos, relações e tabelas consultadas, cujos anos são diferentes, e que podem, portanto, gerar uma repetição de nomes de escolas. Um exemplo é a denominação muito frequente e genérica *Scuola Italiana*, nem sempre seguida pelo endereço da escola, nome do proprietário ou dos professores, o que impossibilita a individualização de cada uma delas. Há, ainda, a existência de escolas com o mesmo nome localizadas em uma mesma rua, o que suscita a questão de que talvez se tratasse de uma única escola que tenha mudado de endereço.

PANIZZOLO, C.

Tabela 1 – As escolas na cidade de São Paulo ao longo da primeira década do século XX

Grupo Distrital	Distritos	Número de escolas italianas	Nomes das escolas
Periférico	Brás	32	Américo Vespuccio; Amor di Patria; Aurelio Saffi; Aurelio Severini; Dio e Popolo; Eleonora d'Arborea; Giovanni Bovio; Guglielmo Ferrero; L'Educatore italiano; L'Educatore italiano; M. R. Imbriani; Mariangela; Massimo D'Azeglio; Principessa Giovanna; Regina Elena; Regina Margherita; Regina Margherita; S. Lorenzo; S. Maria di Loreto; Santa Lucia; Scuola Italiana; Scuola Italiana; Scuola Italiana; Scuola Italiana; Scuola Italiana "Edmondo de Amicis"; Scuola Italo-Brasileira; Speranza; Studio e Lavoro; Vincenzo Gioberti; Vittorio Alfieri; Vittoria Colonna; Vittorio Emanuele III;
	Bom Retiro	26	Camilo Cavour; Centro Educativo; Elena de Montenegro; Giosué Carducci; Giuseppe Garibaldi; Giuseppe Verdi; Istituto Italo-Brasiliano "Alessandro Manzoni"; Laica; L'Educatrice italiana; Pasquale Villari; Progresso; Regina Margherita; Regina Margherita; Roma Intangibile; Scuola Italiana; Scuola Italiana; Scuola Italiana; Scuola Italiana Duca D'Aosta"; Scuola Italiana "Giosué Carducci"; Scuola Italiana "Principessa Mafalda"; Scuola Italiana di Ricardo Parziali; Scuola Italiana Ludovico Antonio Muratori; Ugo Foscolo; Vittorio Emanuele II; Vittorio Emanuele II;
	Mooca	5	Aristide Gabelli; Francesco De Santis; Giacomo Leopardi; Scuola Italiana; Vincenzo Gioberti
	Ponte Grande	2	Giovanni Bovio; Principessa Mafalda di Savoia

Intermediário	Bela Vista / Bexiga	18	Eroe dei due Mondi; Giordano Bruno; Iolanda di Savoia; Istituto "Principe di Carignano"; Istituto Educativo "Ciro Menotti"; Luigi Settembrini; Mario Rapisardi; Primo Maggio; Principe Amedeo; Principe Amedeo; Regina Elena; Roma Intangibile; Scuola Italiana; Scuola Italiana; Scuola Italiana "Rosa Covoni"; Scuola Italiana Mixta "Duca degli Abruzzi"; Silvio Pellico; Vittorio Emanuele III C
	Santa Ifigênia	8	Dio e Patria; Elena Cairoli; Istituto Convitto Giuseppe Garibaldi; L'educatore Italiano; Orazio Coclite; Principe di Piemonte; Scuola Italiana; Stella d'Italia
	Luz	6	Carrara; Dio e Popolo; Gaetano Ognesi; Giovanni Bovio; Santa Lucia; Scuola Italiana
	Liberdade	4	Maria Teresa; Scuola Italiana; Errando Discitur; Giordano Bruno
Suburbano	Barra Funda	8	Ferrante Aporte; Gallileo Galilei; Immacolata Concezione; Maria Ausiliatrice; Scuola Italiana; Scuola Italo-brasileira; Scuola Italo Francesa; Vittorino da Feltre
	Cambucy	7	Cornelia Gracco; Francesco Fiorentino; Fratelli Bandiera; Giacomo Leopardi; Indipendenza; Scuola Italiana; Scuola Italiana
	Villa Marianna	5	Dante Alighieri; Giuseppe Galliano; Regina Elena di Montenegro; Regina Margherita; Scuola Italiana
	Lapa	2	Avvenire; Scuola Italiana
	Largo de Guayanazes	1	Gymnasio Ordem e Progresso

PANIZZOLO, C.

Central	Sé	14	Ai Nostri Monti; Alessandro Manzoni; Cristoforo Colombo; Ginnasio Italo-Brasileiro; Immacolata; Orazio Coclite; Principe di Carignano; Principe di Piemonte; Scuola Italiana; Scuola Italiana; Scuola Italiana "Indipendenza"; Scuola Sorelle Rizzo; Stella d'Italia; Torquato Tasso
	Consolação	5	Principe Carignano; Scuola Massimo d'Oreghi; Sempre Avanti Savoia! Luigi Settembrini; Scuola Italiana
	Campos Elíseos/ Vila Buarque	4	Giuseppe Verdi; Principe di Carignano; Scuola Italia; Volere è Potere
Não localizado		7	
Total		154	

Fonte: Tabela criada pela autora, com base nos dados reportados em REGIO CONSOLATO GENERALE D'ITALIA IN SAN PAOLO (1907, 1905); FANFULLA (1906, p. 801); PEPE (1916) e DELL'AIRA (2011); SÃO PAULO (1907, 1910,1913); BRASIL (1891-1940).

Obs. 1- A sequência da tabela respeita a ordem crescente da presença de escolas italianas ao longo dos distritos.

Obs. 2- Em 7 escolas não constam o endereço.

As escolas italianas em São Paulo foram criadas pela iniciativa de particulares, mantidas por parcos subsídios do governo italiano, em algumas condições específicas por recursos do governo brasileiro e por doações da Sociedade Dante Alighieri.

Condição exigida para o recebimento do subsídio do governo italiano era aceitar a supervisão do Régio Cônsul-Geral, para assim poder solicitar, e algumas vezes, ser contemplado com auxílio em dinheiro, livros e/ou materiais enviados ao Consulado ou adquiridos em São Paulo por meio dos fundos disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Outra possibilidade era o recebimento de subsídio do governo brasileiro. Emblemática foi a política adotada pelo governo Rodrigues Alves, de que seriam enviados livros e materiais escolares às escolas privadas que o solicitassem, desde que fossem acatadas as exigências de registro da escola na Diretoria Geral da Instrução Pública por meio de preenchimento de declaração específica; apresentação de relação nominal dos alunos inscritos, especificando os que cursavam gratuitamente; apresentação de relação dos materiais anteriormente fornecidos acompanhada das respectivas datas de fornecimento; informações fornecidas pelo diretor da escola sobre as condições do edifício e funcionamento escolar; além de informações atestadas pelo inspetor da Instrução Pública acerca da oferta das disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia do Brasil e História do Brasil (PEPE, 1916).

E, por fim, os subsídios provenientes da *Sociedade Dante Alighieri* sob a forma de materiais distribuídos às escolas italianas, tais como cadernos, mapas, atlas (PEPE, 1916).

A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E TEMPOS DAS ESCOLAS ITALIANAS EM SÃO PAULO

Localizadas nos quatro distritos da cidade, com predominância nos bairros onde os imigrantes residiam e trabalhavam, as escolas, com pouco ou nenhum subsídio, eram impactadas de um lado pelas próprias condições de acesso aos serviços públicos dos distritos, tais como iluminação, sistema de água e esgoto, ruas pavimentadas, linhas de bonde etc., de outro lado, pelas condições físicas das próprias escolas.

Muitas escolas italianas se misturavam em uma única imagem, composta por escola e mestre; a escola era constituída por apenas uma sala de aula, por um único professor, que atendia alunos de diferentes idades e níveis de adiantamento.

Com relação às escolas com uma única sala, não foram localizadas imagens, fotografias ou plantas baixas, mas de modo recorrente são descritas nos documentos consulares como pouco limpas, como a *Scuola Alessandro Manzoni*, dos irmãos Cipparone; a *Scuola Principe Amedeo*, de Pasquale Falco; a *Scuola Cornelia Gracco*, da Massimina Zanferrani, dentre outras. Essas escolas, de uma única sala, provavelmente funcionavam na própria casa do professor, como, por exemplo, a *Scuola L'Educatrice Italiana*, de propriedade de Rosina Jannuzzi, localizada no bairro do Bom Retiro, descrita como "a sala de aula é uma pequena sala, contígua à cozinha e ao quarto, uma sala mal arrumada [...] que produz impressão muito desagradável" (REGIO..., 1905, 1907).

Tal como essa, outras escolas também são apresentadas nos documentos consulares como muito pequenas, é o caso da *Scuola Italiana*, de Adalgisa Caspini: "Não é muito limpa [...] o número de bancos mesas é muito pouco"; da *Scuola Principessa Mafalda di Savoia*, de Maria Alessandri: "A sala de aula é uma pequena sala entre as menores que já vi em S. Paulo [...] e uma impressão desfavorável devido a pouca limpeza"; da *Scuola Giuseppe Galliano*, de Amalia Amadori Carezzato, localizada na Vila Mariana: "pequena e pouco limpa" (REGIO..., 1905, 1907).

A realidade das escolas italianas era similar à das brasileiras. Conforme já estudaram Villela (2000), Faria Filho (2000) e Gil e Hawat (2015), ao longo do século XIX era muito frequente em terras brasileiras a existência do mestre-escola, ou seja, a existência de escola que se constituía em uma sala ofertada por um professor, e "nessas circunstâncias, as tarefas de registro dos alunos matriculados, da frequência, dos desempenhos na aprendizagem são responsabilidade do professor" (GIL; HAWAT, 2015, p. 22).

Havia escolas italianas que dispunham de duas salas. Essas escolas estavam localizadas predominantemente nos bairros fabris dos distritos periféricos do Brás e do Bom Retiro. Apesar da existência de duas salas, os problemas permaneciam os mesmos. As salas são descritas nos documentos consulares quase sempre como sujas e pequenas. Por exemplo, a *Scuola Amor di Patria*, de propriedade de Angelo Arena, localizada no Brás, é apresentada como tendo "duas salas com pouquíssima luz e pouca área"; a *Scuola Italo-brasileira*, de Enrico Casini, como "duas pequenas salas, com pouca área,

PANIZZOLO, C.

pouca luz e pouca limpeza"; a *Scuola Orazio Coclite*, de Filippo Cerri, como sendo "impressionantemente penosa, as duas salas são pequenas; são duas salas, uma das quais, sem janela, recebe a luz e ar da outra" (REGIO..., 1905, 1907).

Ainda que a descrição não seja de todo ruim, sempre falta algo, por exemplo, a *Scuola Italiana*, do casal Caterina e Luigi Ori, é composta por duas salas que "são discretas para a capacidade, mas pouco limpas"; a *Scuola Studio e Lavoro*, de Salomone Rosia, como "limpa, mas pequena para tantos." A documentação não informa se as salas integravam a residência do proprietário, que sem exceção era um dos professores ou o único professor da escola (REGIO..., 1905, 1907).

Há duas exceções que se destacam positivamente. Uma delas é a *Scuola Giordano Bruno*, de Filoreto Fondacari, localizada no Bexiga, apresentada como tendo salas amplas. A outra é a *Scuola Principe di Piemonte*, propriedade de Gabriele de Rosolino, como tendo salas "limpas, os bancos são suficientes" (REGIO..., 1905, 1907). Embora a descrição consular seja muito econômica, senão elogiosa, ao menos foi favorável. Essa escola comparece nas páginas do livro *Il Brasile e gli italiani* (1906).

A escola foi fundada em 1898, pelo professor Gabriele De Rosolino. Nela lecionavam as professoras Maria Accarelli De Rosolino e Maria Rinaldi, embora na Figura 1 (a seguir) tenham sido retratados dois professores e uma professora. A escola se situava na Rua Vittoria, nº 64, no distrito intermediário de Santa Ifigênia. Na imagem se vê meninos e meninas, de diferentes idades, inclusive crianças bem pequenas que cursavam o jardim de infância e o curso elementar oferecido. A documentação consular informa somente sobre a existência de duas salas. No entanto, para comportar as 155 crianças matriculadas supõe-se que a escola funcionasse em dois turnos e que as salas fossem amplas.

Figura 1– *Scuola Principe di Piemonte*



Fonte: FANFULLA (1906, p. 799).

Além de aulas funcionando na casa dos professores, e de escolas com muitas crianças dispostas em apenas duas salas, havia também escolas que possuíam três ou mais salas, geralmente em um prédio específico para o seu funcionamento, algumas alugadas e outras em prédio próprio. Ao tratar sobre essas escolas, a documentação consular tece poucas críticas, o que é bastante distinto dos comentários sobre as escolas

anteriores, mas ainda assim os destaques para os aspectos favoráveis são quase inexistentes.

Destacam-se a *Scuola Camillo Cavour*, de Placido Egano; o *Istituto Dante Alighieri*, de Luigi Basile; o *Collegio Convitto Dio e Patria*, de Cipriano Dell'Acqua; a *Scuola Giuseppe Garibaldi*, de Vincenzo Robertiello; a *Scuola Modello Italiana Principe di Piemonte*, de Emma e Luigi Lievore; a *Scuola Regina Margherita*, das irmãs Magrini; o *Collegio Sempre Avanti Savoia!*, de Francesco Pedatella.

O *Fanfulla* (1906) estampou imagens de várias dessas escolas, acompanhadas de pequenos descritivos, algumas vezes discordantes da descrição apresentada pelos documentos consulares. Assim, a *Scuola Alessandro Manzoni*, de Antonio Pratola, a *Scuola Vittorio Emanuele II*, de Ettore Marangoni, são descritas como tendo três salas, enquanto no documento consular constam duas salas; a *Scuola Italiana Vittorino da Feltre*, de Alberto Tonissi, como tendo três salas, e no documento consular apenas uma. Duas escolas chamam ainda mais à atenção, o *Istituto Elena Cairoli*, de Secondo Cazzuola e a *Scuola Giovanni Bovi*, de Tito Omero Torti, apresentadas pelos documentos consulares como tendo uma única sala, enquanto o *Fanfulla* descreve e insere a imagem dos prédios escolares e, por fim, no livro foi incluído o *Istituto e Giardino d'Infanzia*, das irmãs Anna e Evelina Eurichelli, que sequer fora mencionado nos documentos consulares.

Ser composta por uma, duas ou mais salas, bem como funcionar na casa do professor, em espaço improvisado ou específico para a escola, expressava diferenças significativas nas possibilidades de assegurar condições salubres de funcionamento, de organização do ensino materializada em espaços adequados para receber os alunos e na oferta de um ensino que propiciasse arranjos em termos de diferentes níveis de aprendizagem.

Dentre as escolas noticiadas encontra-se o *Collegio Italiano Regina Margherita* (Figura 2) fundada em 8 de junho de 1889 pelas irmãs Emilia e Ada Magrini. A escola foi construída em terreno próprio na rua Monsenhor Andrade, número 48, no bairro do Brás.

Figura 2 – *Collegio Italiano Regina Margherita*



Fonte: FANFULLA (1906, p. 804).

PANIZZOLO, C.

A imagem foi publicada com corte e contorno rebuscado, o que nos permite ver pouco da fachada do colégio. O destaque é para um grupo de crianças de ambos os sexos, de idades variadas, acompanhadas por cinco professoras. A descrição que acompanha a imagem informa ainda que além das professoras proprietárias Emilia e Ada Magrini, lecionavam na escola Ida Santini e Orsola Martinelli.

Segundo o documento *Relazione della Commissione Esaminatrice* (1893), a professora Emilia havia se formado em Ferrara em 1867, exercido o magistério desde então, tendo sido diretora escolar por 22 anos nas escolas de Copparo e de Ostellato. Sua irmã Alda havia se formado em Rovigo no ano de 1873 e por 14 anos exercido o magistério em Coparo e Codigoro (p. 6).

Merece destaque o fato de as irmãs possuírem diploma de Magistério e experiência profissional. A formação específica para o magistério era pouco comum entre os imigrados. Alguns professores declaravam ter formação, mas nem sempre comprovavam com a apresentação do diploma ao Consulado, como, por exemplo, Francesco Pedatella, da *Sempre Avanti Savoia!*; Carolina Toler Isipato, da *Regina Margherita*; Maddalena Balloni, da *Scuola Italiana*; Adelina Cammaro, da *Scuola Italiana* e Gabriele De Rosolino, da *Principe di Piemonte* (REGIO..., 1907, 1905)

Outros não tinham formação específica. Alguns professores são apresentados como tendo certa instrução, como Filoreto Fondacar, da *Giordano Bruno*; outro com cultura, como Secondo Cazzuola, da *Elena Cairoli*. Outros com pouca instrução, com somente o curso ginásial, como Francesco Andreacchi, da *Principe di Carignano* e Elvira Tedesco Tuzzi, da *Santa Lucia*. Outros ainda sem preparo nenhum, como Antoniella Bisfon, da *Scuola Italiana*. Alguns vieram de trabalhos que não guardam nenhuma proximidade com o magistério, como o ex-garçom Placido Egano, da *Camillo Cavour*; o ex-ferroviário Tito Omero Torti, da *Giovanni Bovio*; o ex-tipógrafo, Angelo Arena, da *Amor di Patria* e os ex-oficiais do Exército Salomone Rosia, da *Studio e Lavoro*; Alfonso Calabrese, da *Stella d'Italia* e Carlo Salerni, da *Francesco Fiorentino*. (REGIO..., 1907, 1905).

Nas escolas públicas paulistas, a situação da falta de formação era bastante semelhante. Segundo Monarcha (1999) e Reis Filho (1995), até fins do século XIX, praticamente metade das escolas da Instrução Pública era ocupada por professores interinos, que na maioria das vezes não tinham formação especializada para a docência. Os professores interinos eram contratados por meio de concurso realizado perante os inspetores de distrito, nos termos do Decreto de nº 218, de 27 de novembro de 1893, que instituiu o Regulamento da Instrução Pública Paulista, e lecionavam nas escolas provisórias, que tinham seu caráter precário acentuado pelo seu plano de estudo reduzido: leitura, escrita, princípios de cálculo, geografia geral e do Brasil, princípios das Constituições da República e do Estado (REIS FILHO, 1995).

A escola *Regina Margherita*, como todas as demais, implicava custos a serem pagos pelas famílias, mas essa apresentava uma particularidade, conseguiu um casal de protetores, Cesare e Caterina Puccinelli, com a cessão de uma casa construída especificamente para o funcionamento de aulas preparatórias, na Rua Florêncio de Abreu. Além do casal, receberam ajuda do senhor Camillo Cresta, que doou os materiais escolares, como bancos e cartazes murais (RELAZIONE..., 1893, p. 8).

Em meio a tantas escolas precárias, funcionando em cômodos anexos à casa, possuir espaço próprio e bancos escolares seguramente se constituía em elemento

distintivo. Ainda não foram localizadas informações sobre esse mobiliário e materiais. Talvez se referissem aos cartazes tão difundidos à época, fundamentais para a implementação do método intuitivo, que dentre suas etapas apresentava uma denominada “lição de coisas”, que previa o estudo por meio da coisa propriamente dita e, na sua impossibilidade, por sua representação estampada em gravuras ou desenhos.

Para além da organização do espaço, havia ainda a questão do tempo, que era definido pelo programa de ensino a ser realizado. No que se refere à escola *Regina Margherita*, sabe-se que no ano de 1901 as proprietárias participaram da *Associação dos professores italianos de São Paulo*, e que seguiram o documento publicado nesse mesmo ano intitulado *Programas das escolas da Associação dos professores italianos de São Paulo*, organizado em torno de cinco classes, conforme se vê no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Distribuição das disciplinas ao longo do curso elementar

Disciplinas	Séries				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Língua Italiana	x	x	x	x	x
Aritmética	x	x	x	x	x
Caligrafia	x	x	x	x	x
Noções variadas	x	x	x	x	x
História			x	x	x
Geografia			x	x	x
Direitos e Deveres-Brasil			x	x	x
Língua Portuguesa			x	x	x
História do Brasil			x	x	x
Geografia do Brasil			x	x	x
Desenho; Canto, Ginástica, Trabalho Manual (sem indicação da série)					

Fonte: Quadro criado pela autora a partir do documento *Associazione Fra Gl'insegnanti Italiani di S. Paolo* (1901).

A inserção da Língua Portuguesa, História do Brasil, Geografia do Brasil, Direitos e deveres no Brasil como integrantes do programa escolar nas escolas italianas, regidas por professores italianos e destinadas a crianças italianas ou ítalo-descendentes, provavelmente se deu com o intuito de atender às exigências e tornar-se elegível para o recebimento de subsídios do governo brasileiro, permitindo condições para inserção no trabalho, bem como a inclusão dos imigrantes no país, favorecendo as possibilidades de compreensão do lugar e das relações sociais.

As escolas italianas em São Paulo seguiam ainda, ou melhor, prevalentemente, o programa curricular e a estrutura de curso definida pelo governo italiano para serem reconhecidas pelo Consulado e Ministério e concorrerem aos subsídios. O curso era denominado elementar e estava organizado em duas seções: a primeira, a inferior era constituída pela primeira, segunda e terceira classes, e a segunda, a superior, pela quarta e quinta classes. Segundo os documentos do *Regio Consolato Generale D'Italia in San Paolo* (1905, 1907), dentre as 61 escolas apresentadas, 50,81%, ou seja, 31 escolas

PANIZZOLO, C.

ofereciam o curso elementar inferior até a terceira classe; 27,86%, ou seja, 17 escolas ofereciam o elementar completo, da primeira até a quinta série e 21,31%, ou seja, 13 escolas criaram uma outra modalidade constituída pelos três anos do inferior acrescida da quarta série.

O predomínio de escolas que ofereciam até a terceira e quarta série pode ser compreendido ao se considerar que muitas crianças começavam a trabalhar desde muito pequenas e a necessidade de sobrevivência as afastava das escolas. Mesmo dentre as que conseguiram estudar nas escolas italianas, é bastante plausível supor que a maioria tenha permanecido até a terceira ou quarta série para, em seguida, ingressar no mundo dos adultos, ou melhor, no mundo do trabalho.

Quanto ao tempo de permanência na escola, trata-se de mais uma similitude entre as escolas italianas e as escolas públicas paulistas, afirmação que encontra sustentação nas listas de frequência, bem como no caso das escolas públicas, nas listas de compras de livros de leitura, com queda acentuada a partir dos livros destinados à quarta série em diante (PANIZZOLO, 2019, 2020).

CONCLUSÕES

Entre os anos de 1887 e 1910 foram criadas por iniciativa de particulares 157 escolas italianas, número ínfimo diante dos 130.000 italianos residentes em São Paulo no ano de 1910, e que representavam 34,6% da população total da cidade. Em discordância com uma ideia que perdura ainda hoje da presença italiana exclusiva ou circunscrita a alguns bairros – Brás, Bexiga, Barra Funda (eternizado pelo livro homônimo de Alcântara Machado) e Mooca –, as fontes e bibliografias apontaram para a presença dos imigrantes italianos em todos os distritos que compunham a então cidade de São Paulo na primeira década do século XX.

Havia a presença de imigrantes italianos nos distritos periféricos do Brás, Bom Retiro, Mooca e Ponta Grande; nos distritos intermediários do Bexiga, Santa Ifigênia, Luz e Liberdade; nos distritos suburbanos da Barra Funda, Cambucy, Villa Mariana e Largo de Guayanazes; e no centrais da Sé, Consolação e Campos Elíseos. Considerando que esses bairros compunham uma parte significativa da configuração geográfica da cidade naquele período, acrescidos da Lapa, Butantã, Penha, São Miguel, Santana e Nossa Senhora do Ó, ao que parece a segregação geográfica por bairro ainda não estava plenamente estabelecida nos moldes que serão conhecidos posteriormente, embora dentro do mesmo bairro existissem áreas localizadas nas partes mais altas, nas colinas e patamares, cujo valor econômico era sim superior, e outras em contraposição, nos terrenos do vale e baixada, sujeitos a enchentes periódicas e, portanto, mais insalubres, cujo valor mais baixo atraía as camadas da sociedade menos favorecidas.

Os imigrantes italianos, os negros, os índios, os mestiços, os pardos, os caboclos, os caipiras, os mulatos, os nativos, e tantas outras designações usadas à época para se referir aos brasileiros pobres, moravam predominantemente nas regiões em que os serviços de beneficiamentos públicos, como água e esgoto, iluminação, alargamento e calçamento demoravam a chegar.

Trabalhavam geralmente nos mesmos bairros onde moravam, fosse nas indústrias ou em pequenas oficinas. Havia os que se deslocaram para a região central,

cuja circulação de pessoas era expressiva, para tentar vender doces, frutas, flores, hortaliças, peixes, dentre tantas outras mercadorias.

Os imigrantes e os nacionais despossuídos interagiram com as transformações que ocorriam na cidade de São Paulo durante a virada do século e nos anos iniciais do século XX. Interagiram ainda entre si, no contato diário nos bairros onde viviam, nas ruas, oficinas e fábricas em que trabalhavam, vivendo experiências sociais e culturais, por vezes, de modo amigável, muito provavelmente, outras tantas vezes com estranhamento, repulsa e preconceito.

Na tentativa de aproximação das escolas italianas na cidade de São Paulo, buscou-se inseri-las em seus lugares de funcionamento. Tantas vezes acusadas de insalubres, sem ventilação, sem iluminação e com salas pequenas e sem recursos, eram a expressão bastante fidedigna dos bairros onde se localizavam, e pouco ou nada se distanciavam da estrutura física e pedagógica de grande parte das escolas públicas, se consideramos que o grupo escolar, grande inovação republicana, demorou muitos anos até conseguir ser transformado no tipo escolar predominante ao menos nas zonas urbanas.

Artigo recebido em: 01/04/2021
Aprovado para publicação em: 28/05/2021

THE CITY OF SÃO PAULO OF MANY PEOPLE AND FEW SCHOOLS FOR MANY PEOPLE: A STUDY ON ITALIAN SCHOOLS BETWEEN THE END OF THE 19TH CENTURY AND THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: The text aims to undertake a study on the location of Italian schools in the neighborhoods of São Paulo city, as well as on the organization of their spaces and times, between the final decades of the 19th century and the beginning of the 20th century, a period of expressive emigration from the Italian Peninsula and arrival of immigrants in São Paulo. This study is anchored in the references of Cultural History, History of Immigration and History of Education. The documental corpus comprises the book *Il Brasile e gli italiani*, publication by the editorial team of the Fanfulla newspaper, photographs, consular reports, professors' reports, Public Instruction Yearbooks, books, press, among others. The Italian schools were generally the trustworthy expression of the neighborhoods where they were located, and little or nothing distanced themselves from the physical and pedagogical structure of a large part of the public schools in São Paulo city.

KEYWORDS: Italian Schools. Italian Immigrants. Elementary School. São Paulo.

PANIZZOLO, C.

LA CIUDAD DE SÃO PAULO DE MUCHAS PERSONAS Y POCAS ESCUELAS PARA MUCHAS PERSONAS: UN ESTUDIO SOBRE LAS ESCUELAS ITALIANAS ENTRE FINALES DEL SIGLO XIX Y PRINCIPIOS DEL SIGLO XX

RESUMEN: El texto tiene como objetivo realizar un estudio sobre la ubicación de las escuelas italianas en los barrios de la ciudad de São Paulo, así como sobre la organización de sus espacios y tiempos, entre las últimas décadas del siglo XIX y principios del XX, período de emigración expresiva de la península italiana y llegada de inmigrantes a São Paulo. Este estudio está anclado en las referencias de Historia Cultural, Historia de la Inmigración e Historia de la Educación. El corpus documental comprende la obra *Il Brasile e gli italiani*, publicación del equipo editorial del diario *Fanfulla*, fotografías, informes consulares, informes de profesores, Anuarios de Instrucción Pública, libros, prensa, entre otros. Las escuelas italianas fueron en general la expresión confiable de los barrios donde se ubicaban, y poco o nada se distanciaron de la estructura física y pedagógica de gran parte de las escuelas públicas de São Paulo.

PALABRAS CLAVE: Escuelas Italianas. Inmigrantes Italianos. Escuela Primaria. São Paulo.

FONTES

A TERRA LIVRE, São Paulo, 07/02/1906, n. 3, p. 1.

ASSOCIAZIONE FRA GL'INSEGNANTI ITALIANI DI S. PAOLO. **Programmi delle scuole dell' Associazione fra gl'insegnanti italiani di S. Paolo.** S. Paolo: Stabilimento Tipografico a vapore de La Tribuna Italiana, 1901. /n: Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Scuole, 1889-1910, b.341.

BRASIL. **Almanak Laemmert:** administrativo, mercantil e industrial. Rio de Janeiro, 1891-1940.

FANFULLA. **Il Brasile e gli italiani.** Firenze: R. Bemporad & figlio, 1906.

PEPE, G. **La scuola italiana in San Paolo del Brasile.** São Paulo: Poci, 1916.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. Anuario **delle scuole colonial per l'anno finanziario e scolastico 1888-89.** Roma: Tipografia di Gabinetto del Ministero degli affari esteri, 1889.

REGIO CONSOLATO GENERALE D'ITALIA IN SAN PAOLO. **Appendice 1- Notizie particolare intorno alle scuole ementare italiane da me visitate nelle Stato di S. Paulo,** 1907. /n: Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Scuole, 1889-1910, b.341.

REGIO CONSOLATO GENERALE D'ITALIA IN SAN PAOLO. **Elenco delle scuole italiane nello stato di S. Paolo**, 1905. *In*: Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Scuole, 1889-1910, b.314.

RELAZIONE DELLA COMMISSIONE ESAMINATRICE. **Scuola Italiana Regina Margherita, anno scolastico 1892-1893**. S. Paolo, 1893. *In*: Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, Archivio Scuole, 1889-1910, b.444.

SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**: publicação organizada pela Inspectora Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira, 1907.

SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**: publicação organizada pela Inspectora Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira, 1910.

SÃO PAULO. **Anuário do ensino do estado de São Paulo**: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo, SP: Typ Siqueira, 1913.

SÃO PAULO. **Boletim do Departamento Estadual do Trabalho**, ano I, n. 1 e 2. São Paulo: Departamento Estadual do Trabalho. IV trimestre, 1911.

SÃO PAULO. **Reconstituição da memória estatística da grande São Paulo**, v. II. São Paulo: Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo e Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos, 1983, p. 134-159.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Z. M. F. O Brasil Italiano (1880-1920). *In*: FAUSTO, B. (org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 383-418.

AMERICANO, J. **São Paulo naquele tempo: 1853/1915**. São Paulo: Saraiva, 1957.

BERTOLLI FILHO, C. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BRUNO, E.S. **História e tradições da cidade de São Paulo**. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 3v., 1991.

BURKE, P. **Testemunha ocular**; o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: ED. UNESP, 2017.

PANIZZOLO, C.

CRUZ, H. de F. **Trabalhadores em serviços: dominação e resistência** (São Paulo-1900/1920). São Paulo: Marco Zero/ CNPq, 1990.

D'ALESSIO, M. "O árduo caminho: memórias de um inspetor escolar italiano (Beregario Galileo Amorosa, 1865-1937). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 200-220, jan/abr.2007.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino; imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"**. São Paulo: Alfa e Ômega,1980.

DELL'AIRA, A. **Longo estudo, grande amor: história do Istituto Medio Italo-Brasiliano Dante Alighieri de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2011.

DIAS, M. O. L. da S. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**- Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA FILHO, L. M. Instrução Elementar no século XIX. *In*: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 135-150.

GIL, N. L.; HAWAT, J. O tempo, a idade e a permanência na escola: um estudo a partir dos livros de matrícula (Rio Grande do Sul, 1895-1919). **História da Educação**, Porto Alegre v. 19 n. 46 maio/ago., 2015, p. 19-40.

HALL, M. **Italianos em São Paulo**. Anais do Museu Paulista, 1979, tomo XXIX, p. 201-215, 1979.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KREUTZ, L. Identidade étnica e processo escolar. *In*: LUCHESE, T. Â. (org). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: Educus, 2014, p. 35-56.

MORSE, R. **Formação histórica de São Paulo; de comunidade à Metrópole**. São Paulo: Difel, 1970.

PANIZZOLO, C. Livros de leitura e a construção da identidade nacional de crianças italianas e descendentes (São Paulo no início do século XX). **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, n. 47(1), p. 1-13. 2019.

PANIZZOLO, C. A escola étnica na cidade de São Paulo e os primeiros tons de uma identidade italiana (1887-1912). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 1-15, abril. 2020.

PANIZZOLO, C. Italianizar os brasileirinhos, paulistanizar os italianinhos: um estudo sobre os livros de leitura que circularam nas escolas em São Paulo no início do século XX. *In*:

Castro, C. A.; Castellanos, S. L.V. (orgs.). **História da escola; métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura.** São Luís: EDFUMA, 2018. p. 100-125.

PANIZZOLO, C. **João Kopke e a escola republicana, criador de leitura, escritor da modernidade.** 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC, São Paulo, 2006.

PETRONE, M. T. S. Imigração. *In*: FAUSTO, B. (org). **História geral da civilização brasileira.** O Brasil Republicano. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 2. 2006.

RAGO, M. **Sem fé, sem lei, sem rei; liberalismo e experiência anarquista na República.** 1984. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, UNICAMP, 1984.

REIS FILHO, C. dos. **A educação e a ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista.** Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção memória da educação).

SANT'ANNA, N. O Beco do Colégio. **Revista do Arquivo Municipal,** São Paulo, n. XXVI, p. 10-11, ago., 1936.

SANTOS, C. J. F. dos. **Nem tudo era italiano; São Paulo e pobreza (1890-1915).** 4 ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017.

SOUZA, R. F. de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, M. L. A.(org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, M. C. T. M. **O bairro do Brás.** São Paulo: Prefeitura Municipal, 1969.

VILELA, H. de O. S. O mestre-escola e a professora. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 95-134.

VINÃO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividades: a arquitetura como programa.** Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

CLAUDIA PANIZZOLO: Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1991), Especialização em Educação Infantil pela Universidade Metodista de São Paulo (1998), Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), Doutorado em Educação: História,

PANIZZOLO, C.

Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e Estágio Pós Doutoral na Universidade de Caxias do Sul (Brasil) e na Università degli Studi Del Molise (Itália) em 2019. Professora Associado II da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo- EFLCH / UNIFESP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Docente do curso de Pedagogia, na área de Educação Infantil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3693-0165>

E-mail: claudia.panizzolo@unifesp.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).